

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE RETÓRICA DE PESQUISAS DE 2021 A 2023Kleber Wilson Bezerra¹Maria Inmaculada Chao Cabanas²**RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar representações sociais da prática de alfabetização na Educação Infantil, para compreender o que orienta a antecipação de sua prática que deveria ser introduzida nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A análise é feita a partir de discursos sobre o tema presentes em pesquisas que investigam o trabalho dos professores da Educação Infantil. Para tal, foi necessário pesquisar à luz da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. A metodologia utilizada se apoia na pesquisa bibliográfica e na análise retórica, que permite verificar como os atores sociais ressignificam novos objetos, produzindo um estudo consistente acerca do objeto de estudo, pois a análise retórica considera o contexto em que se produz o discurso expondo as técnicas argumentativas que instituem o que se diz ser real para o grupo analisado. Esse estudo nos permitiu expor os conceitos socialmente elaborados e como estes influenciam no trabalho de alfabetização na Educação Infantil, estimulando a sua prática precoce. Foi possível inferir que o trabalho pedagógico dos professores na Educação Infantil está pautado numa cultura “escolarizante”, apoiada numa representação social de escola enquanto lugar para aprender a ler e escrever, secundarizando a ludicidade, entre outras formas de aprender e desenvolver habilidades.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociais; alfabetização; educação infantil; ludicidade; análise retórica.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF LITERACY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A RHETORICAL ANALYSIS OF RESEARCH FROM 2021 TO 2023**ABSTRACT**

This research aimed to analyze social representations of literacy practices in Early Childhood Education, in order to understand what guides the anticipation of such practices, which should ideally be introduced in the early years of Elementary School. The analysis is based on discourses regarding the theme found in studies that investigate the work of Early Childhood

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: kleberwb@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4573-7124> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5932104181458850>.

² Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: maria.cabanas@yduqs.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0368-8416> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9931116727650948>

Education teachers. To this end, it was necessary to conduct the research through the lens of Serge Moscovici's Theory of Social Representations. The methodology relies on bibliographic research and rhetorical analysis, which allows for examining how social actors resignify new objects, producing a consistent study of the subject matter. Rhetorical analysis considers the context in which the discourse is produced, exposing the argumentative techniques that establish what is considered 'real' for the analyzed group. This study enabled us to expose socially elaborated concepts and how they influence literacy work in Early Childhood Education, encouraging its premature practice. It was possible to infer that the pedagogical work of teachers in Early Childhood Education is based on a 'schooling' culture, supported by a social representation of school as a place primarily for learning to read and write, thereby marginalizing playfulness and other ways of learning and developing skills.

KEYWORDS: social representations; literacy; early childhood education; playfulness; rhetorical analysis.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica em que a criança vai, por meio da interação com colegas e professores, vivenciar experiências com o ambiente, exploração corporal, entre outros fatores que serão essenciais para o seu convívio em sociedade. Nessa etapa, a criança desenvolve importantes habilidades motoras e sensoriais, faz descobertas, constrói laços, molda sua personalidade, desenvolve a oralidade, a autonomia, entre outras habilidades (Buchwitz, 2016).

A brincadeira não deve ser vista como uma atividade meramente recreativa, mas sim como uma ferramenta essencial para o “desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (Kishimoto, 2017, p. 107). Entretanto, há mecanismos sociais que exercem considerável poder de influência na Educação no sentido de se valorizar a alfabetização em detrimento à ludicidade. Dessa forma, “a grande expectativa dos pais em relação ao ato de ler e escrever e reforça a secundarização das demais atividades, como a ludicidade e outros modos de aprender” (Dias; Campos, 2015, p. 639).

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações sociais da prática de alfabetização na Educação Infantil, buscando compreender os discursos que orientam a antecipação dessa prática nessa etapa de ensino. Cumpre ressaltar nosso foco é na ludicidade e em atividades que estimulem habilidades tais como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Em nossa vivência docente e em pesquisas realizadas, percebemos que, em algumas escolas, é comum que o trabalho desenvolvido por professores em sala de aula difira do que a literatura propõe. Embora aportes epistemológicos voltados para a cognição infantil apontem para a necessidade da criança se desenvolver através da ludicidade (Kishimoto, 2008) e respeitando as etapas de desenvolvimento da sua faixa etária (Piaget, 1996), o que se observa nas escolas de Educação Infantil é uma forma de introduzir práticas do Ensino Fundamental sistematicamente voltadas à alfabetização (Karpinski, 2022).

A problemática trabalhada nesta pesquisa está envolvida com a alfabetização de crianças de forma precoce, a despeito do aporte teórico de estudos sobre o desenvolvimento infantil, e mesmo a Base Nacional Comum Curricular que sequer cita a palavra “alfabetização” em sua seção dedicada à Educação Infantil. Ou seja, o problema desta pesquisa se traduz no que efetivamente os professores da Educação Infantil valorizam como práticas com essas crianças? O que causa a dicotomia entre a prática e as orientações para a Educação Infantil.

Para responder a essa problemática, adotou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, estruturada a partir de um levantamento de teses e dissertações em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. O processo de investigação compreendeu a seleção e análise de pesquisas que dialogam sobre a alfabetização na Educação Infantil. Esse percurso permitiu sistematizar os dados e confrontar os discursos acadêmicos com as diretrizes normativas.

Vale ainda destacar que este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida na dissertação de Mestrado intitulada *Representações sociais de alfabetização na educação infantil: o que dizem os discursos presentes em pesquisas e documentos normativos?* defendida na Universidade Estácio de Sá, por Bezerra (2024).

A seguir, apresentamos o referencial teórico-metodológico. Em seguida, a análise das pesquisas selecionadas da BDTD para, por fim, registrar nossas considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como referencial teórico-metodológico desta pesquisa, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007) cumpre papel importante na análise dos processos sociais envolvidos na prática do tema abordado neste artigo. A Teoria das Representações Sociais é

um conceito que busca entender como as pessoas constroem e compartilham significados sobre fenômenos e objetos sociais em suas vidas cotidianas. Essa teoria parte do pressuposto de que as pessoas criam interpretações e significados pessoais que são influenciados pela cultura, experiências individuais e contextos sociais. De acordo com Moscovici (1978), as representações sociais são construções cognitivas coletivas que surgem da interação entre indivíduos e o contexto cultural em que estão inseridos. As representações sociais são um “saber senso comum” uma forma de conhecimento que rege “nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (Jodelet, 1993, p. 5).

Também como referencial teórico, este artigo se valerá da Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que aborda a natureza da persuasão e da argumentação em contextos retóricos. Perelman e Olbrechts-Tyteca introduziram o conceito de “novo paradigma” da retórica, onde a ênfase se desloca da busca pela verdade objetiva para a construção de argumentos que são aceitáveis, prováveis e suficientes para uma audiência específica. A metodologia de pesquisa que se baseia na retórica para analisar discursos é denominada “análise retórica”. Uma forma de sintetizar esse conceito foi elaborada no trabalho de Mateus (2018):

A Análise Retórica examina persuasivamente um discurso. Considera o texto retórico enquanto unidade, e visa decompô-lo nas suas partes revelando a maneira como essas partes concorrem para, no seu conjunto, operacionalizar as estratégias de persuasão. A sua finalidade não é aclarar aquilo que o discurso afirma ou reclama; é, sobretudo, articular os modos como o orador procura persuadir o seu público através da escrita, composição visual ou oratória. Ela delinea as estruturas de constituição dos discursos sublinhando a disposição, desenvolvimento e articulação das ideias argumentativas. (Mateus, 2018, p. 190-191)

Por meio da análise retórica é possível estudar e analisar um texto discursivo, para então identificar e aplicar estratégias persuasivas através de elementos retóricos (metáforas, argumentos lógicos, entre outros). Complementando, “o seu objecto principal não é, pois, o texto discursivo, em si, mas a forma como a persuasão se realiza. Apenas se concentra no texto na medida em que ele revela a organização argumentativa da persuasão” (Mateus, 2018).

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico de autores que versam sobre a Educação Infantil. Assim sendo, a Teoria de Moscovici servirá para identificar as diferentes representações sociais encontradas nessas pesquisas que orientam um trabalho voltado à alfabetização na Educação Infantil. Para a elaboração deste artigo, foi identificado como esse tema vem sendo discutido, em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

A BDTD foi escolhida para esta pesquisa de trabalhos acadêmicos a serem apreciados devido a sua abrangência, diversidade e pela relevância acadêmica das pesquisas. A articulação entre as Representações Sociais e a Análise Retórica justifica a escolha do *corpus* desta pesquisa. Ao selecionar teses e dissertações na BDTD, buscou-se acessar discursos científicos que, por um lado, consolidam o conhecimento acadêmico e, por outro, registram as vozes e práticas de professores em campo. Assim, o levantamento bibliográfico não foi apenas uma busca por bibliografia, mas a coleta de material discursivo para que a análise retórica pudesse identificar como a alfabetização é argumentada e representada socialmente na atualidade.

O levantamento foi realizado em 08 de abril de 2024, com o descritor "alfabetização" AND "educação infantil". Para refinar a busca, o único filtro utilizado foi delimitar a pesquisa para trabalhos com o ano de defesa entre 2021 e 2023 na pesquisa. Foram identificadas 69 (sessenta e nove) teses e dissertações, sendo destacados 5 (cinco) trabalhos de pesquisa como pertinentes à proposta deste artigo.

O levantamento na BDTD justifica-se por ser um repositório que concentra a produção intelectual recente, na qual autores articulam argumentos para persuadir seus pares sobre as realidades da alfabetização na Educação Infantil. Assim, a pesquisa bibliográfica não é apenas um levantamento de literatura, mas a coleta de material para que a técnica retórica possa decompor as estratégias persuasivas e revelar os valores do senso comum que sustentam a prática pedagógica atual.

ANÁLISE RETÓRICA DE PESQUISAS

A retórica como metodologia de pesquisa enfatiza a análise das estratégias argumentativas usadas na comunicação humana, em vez de simplesmente focar na persuasão ou na eloquência. Assim, considerando que as representações são criadas e mantidas em con-

textos conversacionais, o estudo adotará como técnica a análise dos esquemas argumentativos, como proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), nos discursos presentes em documentos como referenciais educacionais, materiais de ensino, materiais de formação e discursos dos professores a respeito da alfabetização na Educação Infantil, presentes em pesquisas já desenvolvidas, e que apresentem informações que venham expor os implícitos em torno do que orienta os professores em suas práticas relacionadas à alfabetização.

É nos discursos argumentativos que se encontram os valores dos grupos e indivíduos, e são esses valores, organização e hierarquização acerca dos objetos e fenômenos, que as representações sociais são constituídas. Desse modo, como afirma Cabanas (2017, p. 25), “a Teoria da Argumentação fornece meios para apreender os esquemas persuasivos”, e que podem possibilitar identificar os valores dos professores, elaboradores de materiais didáticos, entre outros, e que movem as suas ações. O método de análise dos dados, considerando as questões de estudo, é o da análise retórica pelo viés da Teoria da Argumentação. Por meio desta análise pretende-se identificar os esquemas argumentativos e seus significados. A seguir, apresentamos a análise das 5 pesquisas selecionadas (Franzoi, 2021; Karpinski, 2022; Capinos, 2023; Aragão, 2022; Tomás, 2022).

SOBRE A PESQUISA DE FRANZOI

A dissertação de Franzoi (2021) faz uma análise sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e suas implicações em sala de aula, apoiando a argumentação na “causa e efeito” entre “avaliação na Educação Infantil” e “alfabetização precoce”, e suas consequências. Destaca-se este trecho da p. 14:

Sabe-se que perspectivas escolarizantes sempre atravessaram a pré-escola trazendo diversos debates. Deste modo, ao frequentar o Ensino Fundamental aos 6 anos, estariam agora as crianças, aos 5 anos, sendo alvo e pressionadas por uma intensa e precoce alfabetização?

Nesta citação, a autora propõe um questionamento, ou seja, uma apóstrofe. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) definem a apóstrofe como uma “interrogação oratória”, o que se configura como uma figura retórica. A autora se vale da apóstrofe como forma de sugerir que sim, o que ela está perguntando está realmente acontecendo, ou seja, a mudança do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos pressionou os alunos na Educação Infantil a se-

rem alfabetizados. Ademais, a autora utiliza argumentação por causalidade baseada na estrutura do real (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). A argumentação por causalidade surge “da elaboração de um dado facto a partir de um nexos causal” (Mateus, 2018, p. 140). Conforme a autora discorre ao longo do seu trabalho de pesquisa, o que se vê na Educação Infantil é uma intensa antecipação da alfabetização, como consequência de diversos fatores. Complementando o que foi exposto, pode-se destacar outra citação, por meio da qual a autora faz afirmações contundentes em seus argumentos (p. 55):

[...] é comum observamos uma exagerada preocupação com a aquisição dos conhecimentos de leitura, escrita e matemática junto às crianças da Pré-Escola, acompanhada pelas famosas sondagens mensais, as quais acabam sendo utilizadas como o elemento primordial para uma avaliação da aprendizagem controladora, autoritária, comparativa e classificatória.

Nota-se nesta citação uma ênfase em palavras imperativas, como “controladora” e “autoritária”. Dessa forma, a autora pretende convencer seu auditório de que a prática da avaliação das crianças na Educação Infantil é impositiva, ditatorial, não opcional. Já na p. 16, afirma que:

Em nome dessa suposta “qualidade de ensino”, as avaliações de larga escala ganharam espaços e têm subsidiado a legitimação da “qualidade”, esta, por sua vez, acaba sendo avaliada a partir dos escores das escolas e municípios. Por conseguinte, e no intuito de conquistar maiores escores nas habilidades de leitura, escrita e cálculos, é possível observar uma precoce alfabetização junto às crianças da Pré-Escola, bem como, uma formalidade demasiada da avaliação da aprendizagem junto a este nível de ensino, o que, por sua vez, traz implicações ao trabalho docente.

Pode-se destacar o uso do termo “escore”, que advém de “score”, palavra em inglês que geralmente se refere ao placar de uma competição esportiva. Esse termo reforça o discurso da autora ao afirmar que existe uma competição entre escolas e municípios em torno dos seus indicadores de qualidade de ensino. Por sua vez, o uso das aspas nessa última citação também sugere uma abordagem crítica por parte da autora, que se refere de forma irônica à “qualidade” do ensino buscada por esses sistemas de avaliação, o que é reforçado pela palavra anterior, “suposta”. Com esse mesmo recurso, a autora afirma na p. 37:

[...] temos que nos atentar para que estas experiências não tendam a se tornar uma armadilha, pois, embora os meios acusem o uso das brincadeiras e dos jogos, os fins acabam sendo únicos e exclusivamente o preparo para o Ensino Fundamental e, por conseguinte, o esperado “sucesso” nas avaliações de larga escala.

A autora novamente faz uso das aspas com um tom irônico quanto aos resultados das práticas e políticas educacionais que analisa em sua dissertação. A ironia é “uma figura de retórica resumida como o modo de manifestar-se opostamente ao que se está pensando” (Fonseca, 2023, p. 1). Ao falar do “sucesso” obtido pelas avaliações de larga escala na Educação Infantil, a autora alega o contrário, que em vez de “sucesso”, o resultado obtido é um “fracasso”. Ainda discorrendo sobre ironia e seu uso retórico, Fonseca (2023) afirma que a ironia é um expediente argumentativo na perspectiva da retórica. Esta dissertação expõe de forma clara um quadro analítico bem elaborado sobre a avaliação na Educação Infantil, sobre a prática da alfabetização precoce, e sobre as implicações dessas práticas no desenvolvimento integral da criança. Ademais, a autora demonstra ser uma oradora perspicaz e bastante contumaz em seu discurso crítico, e por vezes ácido, se valendo de ênfases expressivas e ironias para reforçar seus argumentos.

SOBRE A PESQUISA DE KARPINSKI

A tese de Karpinski (2022) faz uma análise investigativa sobre os processos de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no município de Feliz-RS, a partir da escuta de professores e gestores da rede de ensino pesquisada. Após fazer uma breve revisão sobre as leis e documentos normativos sobre políticas públicas voltadas à alfabetização, a autora afirma na p. 33:

[...] constamos que tais documentos visam um processo de interpretações em que há necessidade de aceleração de pontos já na Educação Infantil, escolarização, uma vez que está evidenciado que as crianças precisam estar alfabetizadas nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Fazendo, por esse fato, que os conteúdos do Ensino Fundamental sejam antecipados na Educação Infantil.

A autora faz uso da argumentação por causalidade, ao afirmar que a legislação e os documentos normativos apresentados anteriormente (causa) implicam em processos que,

por sua vez, aceleram a introdução de conteúdos do Ensino Fundamental na Educação Infantil, como a alfabetização dos alunos (efeito). Na p. 35 é dito que:

O que vemos, no dia a dia, é realmente uma pressa, é o acelerar da escolarização das crianças na Educação Infantil, e que, de certo modo, ao não compreendermos as especificidades dessa faixa etária, [...], desconsiderando pontos fundamentais já conquistados pelo percurso histórico da Educação Infantil.

Assim como Franzoi (2021), Karpinski (2022) afirma que a prática pedagógica vem sendo prejudicada pela antecipação da alfabetização, além de reconhecer a existência de implicações negativas para a Educação Infantil. São notadas diversas convergências entre essas pesquisas, pois as autoras compartilham de discursos semelhantes, em especial com abordagens argumentativas de causalidade similares. Ademais, vale destacar o recorrente uso do termo “acelerar”, que tende a uma interpretação que os mecanismos que incentivam a alfabetização na Educação Infantil “aceleram” a escolarização. O sentido de “acelerar” com suas conotações negativas é reforçado pelo uso da palavra “pressa”, que foi também empregada com esse intuito. Também vale ressaltar o recorrente uso do verbo “antecipar”, empregado no mesmo sentido. A seguir, neste outro trecho (p. 83) é dito que:

Neste sentido, a política da obrigatoriedade às crianças de 4 e 5 anos tem servido muito mais para antecipar o ensino escolarizante e a alfabetização sistemática por meio de práticas pedagógicas tradicionais e mecânicas ao submetê-las ao preenchimento gráfico de cadernos e horas a fio sentados, bem como a ter que ouvir explicações orais sobre as tarefas a serem realizadas.

A autora faz uso de uma metáfora ao falar de práticas de ensinar “mecânicas”, ou o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) também definem como “expressão com sentido metafórico”. Definir um método de trabalho como “mecânica” é uma metáfora que sugere que ela é rígida, repetitiva e focada apenas na transmissão de informações, desconsiderando as necessidades individuais dos alunos. A título de exemplo, Paulo Freire (1987) em sua obra utilizou diversas vezes as expressões “mecânico” ou “mecanicista” como metáforas para designar processos educativos, sociais, cognitivos entre outros. Já na p. 64, a autora afirma:

Ainda que [...] sejam válidas as avaliações no Ensino Fundamental, isso não pode fazer da Educação Infantil um processo severo, no qual o(a) pequeno(a) estudante seja cobrado(a) rígida e mecanicamente

para estar preparado(a) para quando ocorrer o processo de transição entre uma etapa e outra de tais processos avaliativos.

Verifica-se uma nova convergência com a dissertação de Franzoi (2021), cujo tema é centralizado na relação entre avaliações no Ensino Fundamental (causa) e suas implicações negativas na Educação Infantil (efeito). Assim como novamente nota-se a metáfora em que a autora afirma que a criança é cobrada “mecanicamente” para estar preparada para a transição para o Ensino Fundamental. A autora destaca no resumo que “a aprendizagem, outrora centrada nos eixos das interações e da brincadeira, começa a ser substituída por uma rotina mais rigorosa, com conteúdos mais sistematizados e avaliações complexas” (s.p.).

SOBRE A PESQUISA DE CAPINOS

A dissertação de Capinos (2023) explora analiticamente práticas de ensino e aprendizagem, concebendo múltiplas linguagens como contribuição para o desenvolvimento integral da criança, e seu intuito para colaborar com habilidades como oralidade, escrita e leitura na Educação Infantil. A autora ao longo de seu trabalho de pesquisa faz uma clara diferença entre letramento e alfabetização, propondo experiências de leitura e de escrita mais adequadas aos propósitos da Educação Infantil, o que pode ser destacado neste trecho na p. 45:

O trabalho pedagógico em sala de aula, na perspectiva discursiva, dissocia-se dos métodos tradicionais de alfabetização, escritas de letras ou palavras em contextos isolados. O professor, enfim, é aquele que organiza um trabalho com propostas significativas, capazes de envolver os sujeitos em um processo autoral, desde o início da Educação Infantil.

A autora argumenta sobre como deveria ser o papel do professor de Educação Infantil, confrontando implicitamente o que se espera com o que se vê na em sala de aula, no dia a dia. Já na p. 23, a autora afirma que:

Entende-se que a aprendizagem da língua escrita deve acontecer de forma simultânea, integrando as três facetas, de maneira a desenvolver as competências para alfabetização e o letramento da criança, pois são processos que se desenvolvem juntos, mas são diferentes nos seus procedimentos no ensino do sistema alfabético de escrita

Neste trecho, a autora também argumenta sobre uma idealização do que deveria ser o trabalho pedagógico na Educação Infantil, defendendo que a aprendizagem da língua escrita deve integrar três facetas – linguística, sociocultural e interativa – em sua prática, o que diverge dos tradicionais procedimentos de alfabetização. A propósito, quanto a esses métodos tradicionais, a autora ainda acrescenta (p. 57):

Os métodos tradicionais de alfabetização ainda perpassam, atualmente, por práticas escolarizantes, memorização, cópia e repetição de letras. Tem-se uma rigidez de estrutura que não permite que o sistema alfabético de escrita fique ao lado das múltiplas linguagens. O mesmo acontece, de modo contrário, quando se utiliza apenas o letramento.

Conforme análise das pesquisas selecionadas, em um contexto crítico à alfabetização na Educação Infantil, no discurso retórico a palavra “tradicional” reiteradas vezes tem sido empregada com uma conotação negativa: geralmente são práticas vistas por estes autores como ultrapassadas, antiquadas e incompatíveis com uma pedagogia histórico-cultural. Vale também destacar o uso da palavra “escolarizante”, palavra que foi mencionada tanto por Franzoi (2021), quanto por Karpinski (2022). No contexto de discussão sobre práticas e métodos de alfabetização tradicionais e por vezes “mecânicas”, pode-se afirmar que a palavra “escolarizante” é passível de interpretações, são práticas rígidas, padronizadas, tradicionais, conformistas.

SOBRE A PESQUISA DE ARAGÃO

Esta tese de Doutorado de Aragão (2022) tem por objetivo investigar a aprendizagem de crianças em relação à escrita alfabética na Educação Infantil, fazendo uma análise a partir dos resultados de avaliações em turmas de três escolas diferentes no município de Recife-PE, sendo duas unidades públicas e uma privada. A autora em sua pesquisa afirma que há diferentes correntes de pensamento que resumem os diferentes posicionamentos quanto à escrita na Educação Infantil, das quais duas serão analisadas a seguir (p. 32):

De um lado, observamos a defesa da “obrigação da alfabetização”, caracterizada, conforme Brandão e Leal (2010), pela ênfase no domínio de certas associações grafofônicas pelas crianças na conclusão da Educação Infantil, através de um ensino organizado a partir de tarefas com foco em habilidades de coordenação motora e discriminação

perceptiva, bem como na repetição das relações fonema-grafema ou “famílias silábicas”.

O primeiro posicionamento mencionado pela autora é o da alfabetização obrigatória. O termo “obrigação” implica em conotações bastante claras, de uma alfabetização impositiva, compulsória, forçada, exigida, e etc. Assim como a palavra “obrigação” neste contexto também pode ter o sentido de um “compromisso”. Ainda quanto a “ênfase no domínio de certas associações grafofônicas pelas crianças”, nota-se que é uma prática alinhada com o que Nunes e Corsino (2019) definem como “viés grafocêntrico”, em que o trabalho de educar é centralizado na escrita. Já na p. 32, a autora afirma:

A outra corrente é nomeada por Brandão e Leal (2010), como “o letramento sem letras”, que opta por uma ênfase nas linguagens corporal, musical, gráfica, entre outras, quase excluindo a linguagem escrita do trabalho na Educação Infantil, exceto no que diz respeito à escuta de narrativas e outros textos nas “rodas de histórias”. Entre os argumentos dos que defendem tal perspectiva radical é possível identificar que a escrita é considerada um aprendizado “escolar” e, por isso, reservado ao Ensino Fundamental.

O segundo posicionamento destacado pela autora é o do letramento com ênfase em linguagens mais associadas aos objetivos da Educação Infantil, em uma clara convergência com a pesquisa de Capinos (2023). Pode-se destacar ainda o uso das aspas no termo “escolar”. Ao passo que Franzoi (2021) usou aspas para indicar uma ironia, Aragão (2022) não faz uma ironia com o termo, mas a sua ênfase na palavra “escolar” sugere interpretações, ao condicionar que um aprendizado “escolar” é reservado ao Ensino Fundamental e, por consequência, não à Educação Infantil. Constata-se uma distinção entre “escolar” e “Educação Infantil”, o que seria uma grave afirmação por parte da autora ao dissociar uma coisa da outra. Entretanto, vale ressaltar que a autora não afirma que defende essa distinção, que seria contraditória para com a sua própria tese. A autora apenas menciona que é um argumento identificado entre pessoas que defendem tal prática. Como existem divergentes representações sociais acerca da Educação Infantil, há de se convir que realmente há indivíduos que possam fazer tal separação entre o conceito de “escolar” e “Educação Infantil”. De toda forma, é uma constatação importante a ser feita sobre o trecho destacado. Já nas p. 47-48 a autora afirma:

Na observação da prática foram identificadas duas características recorrentes: práticas espontaneístas que não assumiam a alfabetização como meta, apesar desta ser defendida no documento; práticas que apresentavam como foco principal a apropriação do “código”, em oposição ao discurso construtivista que aparecia no documento (BRASIL, 1996). Além disso, foi comum a presença de classes de alfabetização (crianças a partir de 6 anos), em que as crianças eram retidas caso não se alfabetizassem (chegaram a encontrar crianças com 14 anos nessas turmas). Nessas situações, as práticas apresentavam como características a presença de ensino repetitivo, mecânico, baseado no método silábico e outros materiais didáticos com pouco significado para as crianças.

No trecho destacado, a autora se faz valer de um exemplo constatado onde o resultado foi um ensino repetitivo e mecânico, onde os materiais didáticos eram desprovidos de significado.

A autora, ao longo de sua tese, também faz uma análise da legislação que versa sobre a Educação Infantil, inclusive citando um estudo que em que conclui o que segue (p.53):

[...] o Brasil não vem assumindo a exploração da compreensão sobre o Sistema de Escrita pelas crianças na Educação Infantil [...] Por outro lado, recentemente, houve a divulgação da Política Nacional de Alfabetização, a PNA (2019), que, ao contrário da BNCC (BRASIL, 2017), defende um ensino sistemático de alfabetização na Educação Infantil.

Em sua tese, Aragão (2022) demonstra reiteradamente que as políticas públicas voltadas à Educação Infantil no Brasil não são claras quanto ao papel da escrita enquanto componente curricular, sendo que a primeira afirmação do trecho destacado é uma forma de a autora reforçar esse discurso. Por sua vez, na segunda afirmação alega que a PNA defende um ensino sistemático de alfabetização na Educação Infantil, o que é complementado com o seguinte trecho (p. 54):

Sendo assim, enquanto no contexto acadêmico, e na determinação Curricular Nacional, há uma tendência à negação sobre o que e como se pode ensinar sobre a alfabetização na Educação Infantil, temos uma PNA, que orienta exatamente o contrário. [...] Temos, ainda, o recente edital do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) que em 2022 ampliou para a Educação Infantil a opção de seleção de livros didáticos e trouxe como critério a adequação dos materiais às bases teórico-metodológicas da PNA (2019). E, no meio de tudo isso, estão as escolas e instituições de Educação Infantil, as professoras e as crianças.

Neste trecho a autora afirma que tanto o aporte teórico acadêmico quanto a BNCC (Brasil, 2018) têm uma tendência quanto à negação da alfabetização na Educação Infantil, entretanto a PNA (Brasil, 2019) “orienta exatamente o contrário”. Por conseguinte, afirma ainda que o edital do PNLD em 2022 trouxe a orientação de adequação dos materiais didáticos às práticas da PNA.

Vale ainda destacar a última afirmação do trecho: “E, no meio de tudo isso, estão as escolas e instituições de Educação Infantil, as professoras e as crianças”. Em uma análise retórica pode-se inferir que essa frase deve ser interpretada como a conclusão da constatação de um quadro político complexo e confuso, onde tanto alunos quanto professores ficam sem orientação, “perdidos”, por assim dizer, em meio às contradições dos instrumentos normativos sobre a alfabetização na Educação Infantil. A autora complementa afirmando que (p. 56):

[...] se a escrita está presente nas vidas das crianças, fora das instituições de Educação Infantil, não faz sentido impedir a sua exploração nesses espaços [...] Acreditamos que a alfabetização envolve um processo de aprendizagem da notação escrita, que não é inicializada e nem finalizada no 1º ano do ensino fundamental, que envolve a apropriação de diferentes conhecimentos, sendo alguns possíveis de serem explorados na Educação Infantil.

A autora afirma que a alfabetização envolve também a apropriação de conhecimentos que podem ser explorados na Educação Infantil. A autora ao longo de sua pesquisa afirma ser a favor de atividades e jogos que contemplem a alfabetização na perspectiva do letramento.

Entre as cinco pesquisas selecionadas e analisadas nesta dissertação, Aragão (2022) é a única autora que defende a alfabetização na Educação Infantil, porém, não de forma sistemática como a prática definida como “mecanicista” ou “escolarizante”, conforme metáforas mencionadas pelas outras autoras, mas sim uma através de uma prática alfabetizadora lúdica. A posição crítica e contrária a uma alfabetização sistematizada na Educação Infantil pode ser facilmente constatada nos trechos anteriores em que a autora demonstra, por exemplo, sua preocupação quanto às práticas propostas pela PNA.

Ainda quanto sua justificativa ao trabalho com alfabetização na Educação Infantil, a autora complementa na p. 242:

Assim, se por um lado, concordamos que não devemos ter como foco central, na Educação infantil, o processo de alfabetização, entendemos que muitos saberes podem ser aprendidos sobre a escrita nessa etapa da Educação Básica, como mostrou essa pesquisa.

Dessa forma, conclui-se que em seu discurso, a autora constatou que a BNCC e demais legislações anteriores sobre a Educação Infantil são contrárias à alfabetização de crianças nessa faixa etária, com exceção à PNA, que em sua instituição em 2019 gerou um quadro contraditório com o que estava sendo orientado até então. Ademais, a autora demonstrou em sua tese ser favorável a práticas de alfabetização lúdicas nesta etapa de ensino, embora contrária a uma alfabetização sistemática.

SOBRE A PESQUISA DE TOMÁS

A tese de Tomás (2022) é uma pesquisa que investiga o trato sobre a queixa escolar na etapa da Educação Infantil em um sistema municipal de ensino. A autora não expõe o nome do município pesquisado em nenhum momento da tese, mas afirma ser um município de pequeno porte do interior do estado de São Paulo.

Vale começar a análise da tese da autora com o trecho a seguir (s.p.):

Evidenciamos que os encaminhamentos de queixa escolar envolvem principalmente crianças entre três e quatro anos, e expressam condutas infantis idealizadas pelos adultos, mas que não são coerentes com o desenvolvimento real da criança nesta faixa etária, aparece como queixa escolar: desinteresse em realizar as atividades/ não fazer as atividades com capricho, dificuldade para escrever e pintar, comportamento desafiador; teimosia; comportamentos inadequados; desatenção; agitação, sendo tais comportamentos justificados ora pelo contexto familiar ora por problemas individuais e inatos da criança, o que pressupõe a incompreensão do próprio desenvolvimento infantil e a atividade dominante da criança no período Pré-escolar.

Este trecho destacado reflete os resultados da pesquisa da autora logo em seu resumo. Tomás (2022) aponta que a queixa escolar é reflexo de expectativas projetadas nas crianças que são incompatíveis com as características naturais do desenvolvimento nessa faixa etária. Notoriamente há uma representação social de escola enquanto lugar para aprender a ler e escrever, reforçando a ideia de uma Pedagogia conteudista que deve ser introduzida o mais cedo possível. Já na p. 142, a autora afirma:

Constatamos que no sistema municipal pesquisado as orientações normativas se direcionam para um ensino neo-tecnista, em que as crianças realizam atividade aleatórias para automatizar a leitura e a escrita, com foco na reprodução de folhas de alfabeto e numerais.

Neste trecho Tomás (2022) discorre brevemente sobre como as políticas públicas do município pesquisado reforçam essa cultura “escolarizante”, embora não esteja usando esse termo especificamente. Destaca-se o trecho seguir na p. 142:

É retomada a ideia de que a pré-escola deve acelerar a alfabetização como alternativa para evitar problemas de queixas escolares nas etapas educacionais subseqüentes (Kramer; Abramovay, 1984). Só que tais atividades alfabetizadoras são efetivadas por meio de uma concepção mecânica e reprodutivista, que aparece no município pesquisado como o caminho encontrado para efetivar a alfabetização da criança pré-escolar.

Tomás (2022) se vale do uso de palavras recorrentemente mencionadas nas pesquisas analisadas, ao falar tanto de uma “aceleração” da alfabetização, quanto de uma concepção “mecânica”, expressões com sentido metafórico que foram identificadas na análise retórica das outras pesquisas. Como já explanado, o termo “acelerar” quando utilizado num contexto crítico à alfabetização na Educação Infantil, pressupõe que não são respeitados o tempo e os caminhos naturais para o desenvolvimento integral da criança. Assim como por “mecânica” tem uma conotação de algo sistemático, no qual a criança possui um papel passivo dentro de um sistema educacional que prioriza resultados, indicadores, e etc.

Não obstante, conforme a autora, essa prática é incitada como uma forma de evitar queixas escolares, o que é o tema principal de sua pesquisa – a queixa escolar na Educação Infantil. Dessa forma, em seu discurso retórico, pode-se identificar um novo argumento por causalidade: se a escola é socialmente vista como lugar para ler e escrever desde a Educação Infantil, as políticas públicas do município pesquisado tendem a incentivar a alfabetização nesta etapa de ensino (causa), assim a queixa escolar é evitada (efeito). Ainda na p. 142, a autora destaca:

Tanto na entrevista com as professoras, no relato do planejamento pedagógico, quanto na exposição do material didático, é possível observar que há a procura de uma aceleração do ensino no que diz respeito à alfabetização, sob a realização de diversas atividades de escrita para que a criança chegue no ensino fundamental supostamente

mais preparada e, assim, haja uma diminuição das queixas escolares lá, assim como nos conta a professora Lúcia: ‘Aqui eu estou dando tarefa, mando todo dia tarefinha, porque senão ano que vem as professoras do primeiro ano vão me matar (risos)’

Nos trechos anteriormente destacados foi constatado que os pais de alunos se queixam da falta de produtividade das crianças, e que por sua vez, as políticas públicas incentivam a alfabetização na Educação Infantil. Porém, faltava destacar o papel do educador. Influenciada por essa visão educacional neo-tecnista e produtivista, como se dá o trabalho dos professores? Neste trecho, Tomás (2022) remete a uma de suas entrevistas realizadas com as professoras, para exemplificar o papel do professor de Educação Infantil nesse cenário. A professora entrevistada utiliza uma metáfora, ou melhor, uma hipérbole, para justificar que segue as práticas propostas porque senão, “as professoras do primeiro ano vão me matar”. Ao afirmar que as professoras do primeiro ano (do Ensino Fundamental) iriam “matá-la” se não cumprisse bem com o seu trabalho dentro do que é esperado, basicamente, em apenas uma frase a professora entrevistada conseguiu sintetizar todo um cenário em que o papel do professor é condicionado por uma visão de que o intuito da Educação Infantil é preparar o aluno para o Ensino Fundamental. Nesta linha de pensamento, a autora discorre (p. 104):

Podemos observar um antagonismo entre a concepção de desenvolvimento das professoras e o seu fazer, ou seja, a prática pedagógica em sala de aula, já que as crianças passam a maior parte do tempo fazendo exercícios voltados para a alfabetização, seja em folhas confeccionadas pelas próprias professoras, seja pelo material apostilado, as atividades infantis são voltadas para o treinamento da escrita.

A autora constata através de entrevistas que as professoras de Educação Infantil do município pesquisado têm ciência de quais são os objetivos dessa etapa de Ensino, porém, que na prática, são condicionadas a trabalhar com o treinamento de escrita. Conforme a autora, “as professoras também relataram que as crianças passam a maior parte do tempo em sala de aula, realizando atividades com foco na leitura, escrita e aritmética” (p. 132). Dessa forma a autora reforça sua argumentação por causalidade, apontando os efeitos (atividades com focos na leitura e escrita), fruto dos diversos mecanismos que incentivam essa prática (causas), que foram levantados ao longo de sua tese.

Concluindo a análise desta pesquisa, vale destacar uma citação que a autora faz de um artigo publicado por sua orientadora, onde afirma que a prática da Educação Infantil é

orientada “pelo senso comum e pela reprodução de práticas típicas ou tradicionais sem necessariamente se ter clareza de qual sua contribuição para a formação da criança” (Pasqualini, 2022, p. 157). Nota-se aqui uma clara convergência com a Teoria das Representações Sociais, ao se destacar que o senso comum orienta a prática da Educação Infantil, algo que foi defendido na presente dissertação, porém, que não foi identificado escrito com tanta clareza em nenhum outro momento da revisão de literatura desta pesquisa por parte de nenhum outro autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar as representações sociais da prática de alfabetização na Educação Infantil, buscando compreender os discursos que orientam a antecipação dessa prática nessa etapa de ensino. A partir da análise retórica das cinco pesquisas selecionadas na BDTD (Franzoi, 2021; Karpinski, 2022; Capinos, 2023; Aragão, 2022; Tomás, 2022), foi possível identificar as estratégias persuasivas que sustentam a dicotomia entre a teoria e a prática pedagógica.

Foi possível inferir que o trabalho pedagógico na Educação Infantil está pautado numa cultura escolarizante por meio da qual os professores se submetem a práticas padronizadas e conformistas traduzidas pela aceleração da alfabetização associada a processos precoces de leitura e escrita, sem lugar para a ação, a criação e o movimento. Neste raciocínio, a alfabetização é reconhecida como “obrigação”, “impositiva”, “compulsória” e “exigida”, independente do seu estágio de desenvolvimento cognitivo, porque, o que prevalece, é a seriação. Desse modo, o que se observa é uma supremacia da “qualificação do segmento escolar” da escolarização, no qual a criança está inserida, sobre o desenvolvimento infantil dessa faixa etária. Situação esta que é ratificada pela influência do Ensino Fundamental de 9 anos.

Tais ações dos professores em relação à alfabetização são sustentadas pelas políticas públicas voltadas para a Educação Infantil e que, além de defenderem um ensino sistemático de alfabetização nesse segmento, não são claras quanto ao papel da escrita enquanto componente curricular. Tais discursos oficiais, à medida que se apresentam vagos e confusos, ora valorizando determinados aspectos da Educação Infantil que se apoiam no desenvolvimento infantil e ora apresentando uma posição determinista, mecanicista e escolarizan-

te em relação à alfabetização, parecem atender ao auditório de professores cuja a representação de Educação Infantil se apoia nesse mesmo discurso.

Podemos inferir que a alfabetização na Educação Infantil, como prática que acelera o processo de leitura e escrita é o fato da escola ser vista “como lugar para ler e escrever “desde a Educação Infantil, práticas estas incentivadas pelas famílias e no discurso presente nas Políticas Públicas destinadas a esse segmento. Pode-se, assim, constatar, nas pesquisas selecionadas e analisadas, que é comum professores promoverem a alfabetização na Educação Infantil devido a uma representação social de escola enquanto lugar para aprender a ler e escrever, secundarizando a ludicidade, entre outras formas de aprender.

A análise retórica das pesquisas selecionadas para este estudo nos permitiu identificar uma forte preocupação dos autores analisados com a alfabetização sistemática na Educação Infantil, em um quadro de complexidade e incertezas quanto às políticas públicas do Brasil voltadas à temática. Desse modo, é possível apontar algumas constatações como o fato de que as avaliações de larga escala no Ensino Fundamental estimulam a alfabetização na Educação Infantil, com foco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

No que diz respeito aos documentos normativos, como a BNCC – Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização – PNA, observa-se orientações divergentes quanto à alfabetização na Educação Infantil. Desse modo, as diversas interpretações dos instrumentos legislativos deixam os docentes e discentes desamparados quanto ao que efetivamente orienta o trabalho na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Silvia de Sousa Azevedo. **Conhecimentos sobre a escrita alfabética revelados por crianças ao final da educação infantil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação. Recife, PE: 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46516>>

BEZERRA, Kleber Wilson Bezerra. **Representações sociais de alfabetização na educação infantil: o que dizem os discursos presentes em pesquisas e documentos normativos?** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, RJ: 2024. Disponível em: <<https://dissertacao.estacio.br/educacao/2024/KLEBER%20WILSON%20BEZERRA%202024.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SE-ALF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf>

BUCHWITZ, Tania Maria de. **Propostas curriculares na educação infantil** [recurso eletrônico] – São Paulo, SP : Cengage, 2016.

CABANAS, Maria Inmaculada Chao. **A matemática escolar, uma representação social da ciência matemática**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3729718/tese-maria-inmaculada-cabanas_2017.pdf>

CAPINOS, Graciele Berno. **Contribuições das múltiplas linguagens nos processos de ensino e de aprendizagem da língua escrita na pré-escola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura. Vacaria, SC: 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/11338/12865>>

DIAS, Edilamar Borges; CAMPOS, Rosânia. Sob o olhar das crianças: o processo de transição escolar da educação infantil para o ensino fundamental na contemporaneidade. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 96, n. 244, p. 635-649, dez. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/346813580>>

FONSECA, Helena Miyazaki. (2023). A ironia em crônicas de Rubem Braga. **Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação**, 23(2), 1-15. Disponível em: <<https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3491>>

FRANZOI, Fernanda Pinhelli. **A avaliação da aprendizagem na educação infantil: implicações no trabalho docente**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1167258>>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

KARPINSKI, Rachel. **Diálogos necessários entre a educação infantil e o ensino fundamental: construindo intersecção na transição**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, RS: 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254519>>

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 14. ed. São Paulo: CORTEZ, 2017.

KRETLY, Laura Maria Rodrigues Oliveira. **Cultura escolarizante e o ensino híbrido que veio para ficar**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1342120>>

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: ed. Labcom-ifp. 2018.

MAZZOTTI, Tarso; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Análise retórica na pesquisa em representações sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; FUMES, Neiza de Lourdes F.; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de (Org.). **Estudos sobre a atividade docente: aspectos teóricos e metodológicos em questão**. São Paulo: EDUC; EDUFAL, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. RJ: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. Leitura e escrita na educação infantil: contextos e práticas em diálogo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 100-126, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053146109>>

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2ª ed. SP: Martins Fontes, 2005.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Tradução de Ramon Américo Vasques. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1996.

SOARES, Magda Becker. Alfabetização e letramento na educação infantil. In: CAPINOS, Graciele Berno. **Contribuições das múltiplas linguagens nos processos de ensino e de aprendizagem da língua escrita na pré-escola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura. Vacaria, SC: 2023.

TOMÁS, Débora Nogueira. **O trato com a queixa escolar na educação infantil em um sistema municipal de ensino: uma análise histórico-cultural**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Araraquara, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/7cd7c7d4-7398-40dc-9ddd-2b0a0b74ff3c>>

Recebido 23 de janeiro de 2026

Aceito 30 de março de 2026